



Informativo TSE

Informativo TSE – Ano VIII – Nº 36

Brasília, 6 a 12 de novembro de 2006

SESSÃO ORDINÁRIA

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Recurso especial. Recurso contra a diplomação. Candidata a prefeita. Parentesco. Casamento. Separação de fato. Primeiro mandato. Fato controverso. Reavaliação de fatos. Impossibilidade. Vice-prefeito. Art. 18 da LC nº 64/90. Inelegibilidade. Não-extensão. Cassação. Situação subordinada.

A reavaliação somente é possível, em sede de recurso especial, quando os fatos são incontroversos e estão devidamente postos e descritos no acórdão recorrido, sendo permitida, então, a verificação da correta aplicação da lei aos fatos tais como consignados pela instância ordinária. A cassação do diploma do titular implica a cassação do diploma do vice ou do suplente, devido à sua condição de subordinação em relação àquele. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.462/AL, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.11.2006.

Agravo de instrumento. Recurso especial. Captação ilícita de sufrágio. Provas robustas. Ausência. Preceito legal. Ofensa. Não-demonstração. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade.

Para infirmar as conclusões da Corte Regional Eleitoral que, no caso concreto, entendeu não estar caracterizado o alegado abuso do poder econômico, nem haver nenhum elemento de prova a indicar a potencialidade exigida pela lei para influenciar no resultado do pleito, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na instância especial, a teor da Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.012/SP, rel. Min. Caputo Bastos, em 7.11.2006.

Agravo regimental. Deficiência. Formação. Agravo de instrumento. Ausência. Procuração. Advogado que substabelece o mandato. Arquivamento. Cartório. Ausência. Certidão. Autos. Recurso inexistente.

Em face da ausência de procuração do advogado que substabelece mandato ao subscritor do agravo de instrumento, o apelo é tido por inexistente, conforme jurisprudência do TSE. É ônus do advogado informar sobre o arquivamento de sua procuração em cartório ou secretaria, devendo requerer a certificação desse fato nos autos, sob pena de não-conhecimento de seu recurso. Não há como se admitir a regularização da representação processual, em sede de agravo regimental, considerando a inaplicabilidade do art. 13 do Código de Processo Civil à

instância especial. Conforme dispõe a Res.-TSE nº 21.477/2003, não é admitida a complementação do traslado do agravo de instrumento. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu do agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.329/MG, rel. Min. Caputo Bastos, em 7.11.2006.

Agravo regimental. Mandado de segurança. Divulgação de pesquisa eleitoral. Concessão de liminar em outro mandado de segurança. Perda do objeto.

O apelo perdeu seu objeto com a decisão proferida no MS nº 3.546/PB, que concedeu liminar para autorizar a divulgação da pesquisa eleitoral, restando satisfeita a pretensão do agravante. Nesse entendimento, o Tribunal declarou o prejuízo do agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 3.541/PB, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

Agravo regimental. Indeferimento. Liminar. Mandado de segurança coletivo. Presidente do TSE. Ato. Portaria. Alteração. Escala. Plantão. Servidores. Assessoria de Segurança.

Trata-se de mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus/DF), contra ato do presidente do TSE, que, por meio da Portaria nº 485/2006, alterou a escala de plantão dos servidores lotados na Assessoria de Segurança da Secretaria de Administração, passando a adotar o regime de doze por trinta e seis horas. Em 15.10.2006, o pedido de liminar foi indeferido pelo Min. Ari Pargendler. Nenhum argumento novo foi trazido no regimental que, nessa análise primeira, tenha demonstrado o desacerto da decisão agravada, devendo, assim, ser mantida por seus próprios fundamentos. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Mandado de Segurança Coletivo nº 3.528/DF, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 9.11.2006.

Medida cautelar. Representação. Conduta vedada. Art. 73, IV, da Lei nº 9.504/97. Programa social da Prefeitura. Processo licitatório. Conhecimento público. Propositura após a eleição. Perda de interesse de agir. Juízo preliminar. Liminar deferida.

Para a concessão da liminar pleiteada, necessária a presença dos pressupostos autorizadores – *fumus boni*

iuris e o *periculum in mora* – aferidos pela leitura do recurso especial e do acórdão regional. A representação, fundada no art. 73 da Lei nº 9.504/97, deverá ser ajuizada até a realização do pleito, sob pena de perda do interesse de agir. Mesmo que admitido, como afirmado pela agravante, o conhecimento dos fatos após as eleições, a propositura da representação somente trinta dias após esse conhecimento acarreta a perda do interesse de agir. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 2.101/MG, rel. Min. Gerardo Grossi, em 7.11.2006.

Recurso especial. Agravo regimental. Ação de investigação judicial eleitoral. Publicidade institucional. Período vedado. Art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97. Violação. Não-caracterização. Dissídio. Não-configuração. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Decisão agravada. Fundamentos não afastados.

A publicação de atos oficiais, tais como leis e decretos, não caracteriza publicidade institucional. A configuração do dissídio jurisprudencial requer, entre outros requisitos, a realização do confronto analítico. O recurso especial não se apresenta como meio idôneo para se reexaminar fatos e provas (Súmula-STF nº 279). O agravo regimental, para que obtenha êxito, deve atacar, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.748/SP, rel. Min. Caputo Bastos, em 7.11.2006.

Agravo regimental. Recurso especial. Ação de impugnação de mandato eletivo. Abuso de poder. Decisão regional. Improcedência. Violação. Arts. 3º e seguintes da LC nº 64/90 e 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Falta. Prequestionamento. Dissenso jurisprudencial. Não-configuração.

A ausência de prequestionamento impede o conhecimento da matéria na instância especial, por óbice das súmulas nºs 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. Para a configuração do dissenso jurisprudencial, é necessário que o recorrente proceda ao cotejo analítico dos precedentes invocados com a hipótese versada nos autos, além de demonstrar a similitude fática entre eles, não sendo suficiente a mera transcrição de ementas ou trechos de julgados. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial nº 26.050/SP, rel. Min. Caputo Bastos, em 9.11.2006.

Agravo regimental. Recurso especial. Prestação de contas. Partido político. Irregularidades apontadas. Oportunidade. Regularização. Não-cumprimento. Desaprovação. Reexame de provas. Impossibilidade.

Nos termos do art. 36, § 6º, do RITSE, “o relator negará seguimento a pedido ou recurso intempestivo, manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado

ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior”. A jurisprudência do TSE entende que não se pode conceder ao partido inúmeras oportunidades para suprir falhas. O agravo regimental deve atacar os fundamentos da decisão impugnada. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 26.122/AC, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 9.11.2006.

Agravo regimental. Recurso especial. Filiação partidária. Duplicidade. Reapreciação de provas. Súmula-STJ nº 7. Comunicação de desfiliação. Art. 22, parágrafo único, da Lei nº 9.096/95. Não-atendimento.

O art. 22, parágrafo único, da Lei nº 9.096/95 é claro ao exigir a dupla comunicação imediata (ao partido e à Justiça Eleitoral) por parte do interessado. Há precedentes do TSE que entendem sanada a exigência se o partido preterido e o juiz eleitoral forem comunicados antes do envio das listas de filiados (Lei nº 9.096/95, art. 19). Contudo, no caso, a comunicação ao juízo eleitoral deu-se dois dias após o envio de uma das listas, a do Partido Liberal, à Justiça Eleitoral. Inaplicável o abrandamento buscado pelo ora agravante. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 26.246/MT, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

Agravo regimental. Representação. Propaganda partidária gratuita. Pronunciamento. Presidente da República. Desvirtuamento. Propaganda eleitoral extemporânea. Não-configuração.

Para a configuração de propaganda eleitoral extemporânea, são necessárias: menção à candidatura, menção ao futuro pleito eleitoral e a alusão à ação política a ser desenvolvida ou às razões que levem o eleitor a crer que o beneficiário ou o autor da propaganda seja o mais indicado ao cargo. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu e rejeitou a preliminar de intempestividade e negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Representação nº 764/DF, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.11.2006.

Embargos de declaração. Decisão monocrática. Agravo regimental. Recebimento. Agravo de instrumento. Agravante. Procuração. Ausência. Negativa de seguimento. Art. 36, § 6º, do RITSE. Complementação do instrumento. Inviabilidade.

Na linha da jurisprudência do TSE, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática. Incumbe ao agravante a correta formação do instrumento. Assim, mister que apresente as cópias para juntada, ou requeira à Secretaria do Tribunal que proceda a sua extração, recolhendo o valor das peças que indicar (Res.-TSE nº 21.477/2003, art. 3º, § 2º). Faltante o traslado da procuração ao advogado do agravante, inviabilizado o

conhecimento do apelo. No que se refere ao pedido de diligência, a Res.-TSE nº 21.477/2003, ao regulamentar a formação do agravo de instrumento, dispôs, no art. 3º, § 6º, que “não será admitida a complementação de instrumento deficiente perante o Tribunal Superior Eleitoral”. Nesse entendimento, o Tribunal recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 6.280/BA, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.11.2006.

Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade. Ausência.

Ante a ausência de omissão, contradição e obscuridade, rejeitam-se os embargos de declaração. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.813/CE, rel. Min. Caputo Bastos, em 7.11.2006.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Art. 275 do Código Eleitoral. Vícios. Ausência. Rejeição.

O embargante cinge-se a apontar como omissão a alegação de que o recurso especial não objetiva o reexame do substrato fático-probatório, mas, sim, a correta interpretação dada pelo TRE do Pará ao art. 348 do Código Eleitoral. O aresto embargado não padece dos vícios elencados no art. 275 do Código Eleitoral, estando o embargante simplesmente a intentar a reforma de *decisum* que lhe foi desfavorável. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.128/PA, rel. Min. José Delgado, em 7.11.2006.

Embargos de declaração. Agravos regimentais. Terceiro interessado. Não-admissão à lide. Desprovisionamento. Embargos de declaração. Alegação de omissão.

Não há omissão a ser sanada no acórdão, principalmente quando se encontra devidamente esclarecido que o embargante não é parte no processo. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu dos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 479/RJ, rel. Min. Gerardo Grossi, em 7.11.2006..

Embargos de declaração. Agravo regimental. Desprovisionamento. Omissão. Inexistência.

Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente o vício alegado. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.295/RS, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.11.2006.

Embargos de declaração. Recurso especial. Agravo regimental. Processo criminal. Art. 290 do Código Eleitoral. Condenação. Suspensão condicional do processo. Ministério Público. Prerrogativa. Critérios. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Omissão. Inexistência.

A proposta de suspensão condicional do processo é prerrogativa do Ministério Público, que pode, motivadamente, deixar de oferecê-la. Os embargos declaratórios não se prestam para o rejugamento da causa, senão para afastar do julgado dúvida, contradição ou omissão. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 25.845/SP, rel. Min. Caputo Bastos, em 9.11.2006.

Eleições 2004. Recursos especiais. Provimento. Embargos de declaração. Vice-prefeito. Litisconsorte passivo necessário. Desnecessidade de integrar a relação processual.

Quando se discute a cassação do diploma do prefeito, é desnecessário o vice-prefeito integrar a relação processual na qualidade de litisconsorte. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu dos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 25.336/AM, rel. Min. Gerardo Grossi, em 7.11.2006.

Agravo regimental. Recurso especial. Representação. Captação ilícita de sufrágio. Instância ordinária. Procedência. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Inconstitucionalidade. Ausência. Art. 22, XV, da LC nº 64/90. Inaplicabilidade. Multa e cassação de registro ou diploma.

Na linha da jurisprudência do TSE, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática. O Ministério Público Eleitoral tem ampla legitimidade para atuar em todas as fases do processo eleitoral, haja vista sua condição de fiscal da lei e da Constituição. Não obstante a utilização do rito procedimental estabelecido no art. 22 da LC nº 64/90, as decisões que aplicam a sanção do art. 41-A não se submetem ao inciso XV do referido preceito complementar por expressa disposição regulamentar (Res.-TSE nº 21.575/2003, art. 23). A via especial não é própria para o reexame de matéria fático-probatória, nos termos do Enunciado nº 279 da súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Recurso Especial Eleitoral nº 25.919/SP, rel. Min. Caputo Bastos, em 9.11.2006.

Recurso especial. Eleições 2004. Condenação do prefeito eleito. Captação de sufrágio. Comprometimento da votação válida. Designação de eleição. Natureza jurídica. Mera renovação do pleito. Participação do candidato que ensejou a nulidade da eleição. Impossibilidade. Princípio da razoabilidade.

O pleito eleitoral realizado em 27 de novembro de 2005, no Município de Capela/SE, tratou de renovação das eleições havidas em 3 de outubro de 2004, anuladas em face de ato cuja autoria foi atribuída ao atual recorrido. Afigura-se pouco razoável o fato, ocorrido naquele município, de se permitir que o candidato que deu causa à nulidade do pleito eleitoral venha a participar de sua renovação. Há precedente do TSE no qual se decidiu que havendo renovação da eleição, por força do art. 224 do Código Eleitoral, os candidatos não concorrem a um novo mandato, mas, sim, disputam completar o período restante de mandato cujo pleito foi anulado. Aquele que tiver contra si decisão com base no art. 41-A não poderá participar da renovação do pleito, por haver dado causa a sua anulação. Nesse entendimento, o Tribunal deu provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 25.775/SE, rel. Min. José Delgado, em 7.11.2006.

Recursos especiais. Abuso de poder econômico. Devido processo legal. Observância.

Na hipótese de intimação via fac-símile, descabe alegar ofensa ao art. 241, III, do CPC. São intempestivos os embargos de declaração opostos em 10.1.2005 contra acórdão publicado em 16.12.2004. Não há ferimento ao devido processo legal quando o juiz indefere perguntas às testemunhas, por entender que não são relevantes para a decisão da causa, máxime quando não restou demonstrado pelas partes recorrentes que as perguntas indeferidas eram absolutamente necessárias para comprovar a inexistência de abuso de poder econômico. O juiz impedido de funcionar na instrução e julgamento de representação, por ter participado de diligências no mencionado processo, não está impossibilitado de prestar depoimento como testemunha, quando a tanto for convocado. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos recursos. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 26.090/SC, rel. Min. José Delgado, em 7.11.2006.

Recurso especial. Denúncia. Art. 299 do Código Eleitoral. Violação. Inexistência. Elemento subjetivo do tipo. Materialidade. Reexame de fatos e provas.

Aferir o acerto ou desacerto na decisão que recebeu a denúncia, ao argumento de que o fato narrado

evidentemente não constitui crime, ou a inexistência de comprovação da materialidade e da autoria da conduta, demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado a teor da Súmula-STJ nº 7. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 26.110/PI, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

Recurso especial. Representação eleitoral. Prova testemunhal. Indeferimento. Ampla defesa. Devido processo legal. Violação. Inexistência. Divergência jurisprudencial. Escritório político. Propaganda eleitoral extemporânea.

Nos termos do art. 541 do CPC, a interposição de recurso especial eleitoral e de recurso extraordinário deve ser feita em peças recursais distintas. Não há violação aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal na decisão que indefere a prova testemunhal, ante a sua desnecessidade, aferida pelo juiz da causa. A divergência na interpretação de lei requer o confronto de acórdãos tomados na esfera jurisdicional. Não tem essa qualidade uma resolução oriunda de consulta administrativa. A aferição sobre se o local da propaganda é escritório político ou de advocacia demandaria o reexame de matéria fático-probatória vedado pela Súmula-STJ nº 7. Os princípios previstos no art. 5º, X e XI, da CF/88 não protegem o proprietário ou morador quando a propaganda eleitoral situada no interior de sua residência irradia efeitos para a via pública. De acordo com a jurisprudência do TSE, a propaganda eleitoral caracteriza-se por levar ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, a ação política ou as razões que levem a inferir que o beneficiário seja o mais apto para a função pública. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 26.171/GO, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

***Recurso especial. Representação. Propaganda eleitoral extemporânea. Multa. Responsabilidade do partido e do apresentador da propaganda.**

É da competência do TRE processar e julgar representação por propaganda eleitoral extemporânea quando apenas o presidente da República, notório candidato à reeleição, embora beneficiário, não tenha nenhuma responsabilidade pela sua emissão. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 26.189/MG, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

**No mesmo sentido o Recurso Especial Eleitoral nº 26.194/MG, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.*

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Consulta. Ilegitimidade do consulente. Partido político. Matéria interna corporis. Incompetência da Justiça Eleitoral. Não-conhecimento.

Consulta formulada pelo promotor de justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social do Distrito Federal e Territórios, que é parte ilegítima, a teor do disposto no inciso XII do art. 23 do Código Eleitoral. O TSE fixou em diversos precedentes a incompetência da Justiça Eleitoral para dirimir questões *interna corporis* dos partidos políticos. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 1.316/DF, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 31.10.2006.

Petição. PCdoB. Prestação de contas. Exercício financeiro de 2001. Irregularidades sanadas. Aprovação.

Comprovado, por meio de documentação apresentada, o saneamento das irregularidades apontadas pelo órgão técnico, deve ser aprovada a prestação de contas do órgão de direção nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), referente ao exercício financeiro de 2001. Nesse entendimento, o Tribunal aprovou a prestação de contas. Unânime.

Petição nº 1.097/DF, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

Petição. PCB. Prestação de contas. Exercício financeiro de 2003. Irregularidades não sanadas. Desaprovação.

Não sanadas as irregularidades apontadas, apesar das oportunidades concedidas, impõe-se a desaprovação da prestação das contas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), referente ao exercício financeiro de 2003, com a suspensão, pelo prazo de um ano, do repasse das cotas do Fundo Partidário a que faria jus, conforme disposto no art. 37, *caput*, da Lei nº 9.096/95. Nesse entendimento, o Tribunal desaprovou a prestação de contas. Unânime.

Petição nº 1.462/RJ, rel. Min. José Delgado, em 9.11.2006.

Processo administrativo. Serviço extraordinário. Excedente. Limite. Res.-TSE nº 20.683/2000, art. 7º, § 1º. Compensação. Ausência de tempo hábil. Aposentadoria compulsória. Conversão em pecúnia.

Válida é a conversão em pecúnia das horas excedentes autorizadas e não compensadas no prazo estabelecido em instrução própria do TSE. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o pedido, relativamente às horas trabalhadas e autorizadas. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.384/DF, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 31.10.2006.

Processo administrativo. TRE. Concessão de diárias. Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral. Deslocamento. Localidades de difícil acesso. Caracterização.

Presentes os requisitos, homologa-se o Ac. nº 1.101/2006 do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, para considerar como localidades de difícil acesso os povoados de Alto Lindo, Craolândia, São Miguel e as Aldeias Rio Vermelho e Pedra Branca, pertencentes ao Município de Goiatins, para os efeitos da Res.-TSE nº 22.054/2005, desde que haja pernoite na localidade. Nesse entendimento, o Tribunal homologou a decisão regional. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.741/TO, rel. Min. José Delgado, em 7.11.2006.

Processo administrativo. Requisição. Força federal. Eleições 2006. Garantia da ordem e da segurança. Deferimento. TSE. Referendo.

Referendada a decisão que deferiu a requisição de força federal para assegurar a normalidade das eleições no Município de Ceará-Mirim, pertencente à 6ª Zona Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse entendimento, o Tribunal referendou a decisão. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.750/RN, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 7.11.2006.

PUBLICADOS NO DJ

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.387/AP

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleições 2006. Propaganda eleitoral extemporânea. Reexame do conjunto fático-probatório. Impossibilidade. Não-provimento.

1. Na decisão agravada restou consignado que: “Nos agravos de instrumento nºs 7.238/AP e 7.246/AP, ambos de minha relatoria, segui o posicionamento adotado pelo Tribunal *a quo* que entendeu, com base nas conclusões tiradas das provas apresentadas, que a propaganda institucional realizada não possui caráter eleitoral”. (Fl. 135.)

2. Por igual turno, restou assentado que: “Conforme demonstrado, a decisão atacada está suportada em aspectos probantes. Não há como reavaliá-la em recurso especial”. (Fl. 137.)

3. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

DJ de 8.11.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.456/RS

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Embargos de declaração. Decisão monocrática. Recebidos como agravo regimental.

Mandado de segurança. Indeferimento. Petição inicial. Fundamentos não infirmados. Negado provimento.

I – Deve-se aguardar a exaustão do prazo para o agravo regimental ou seu julgamento, para o cumprimento de decisão individual tomada no Tribunal Superior Eleitoral pelo relator (Questão de Ordem no REspe nº 19.528/PA, rel. Min. Ellen Gracie, *DJ* de 26.4.2002).

II – Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 8.11.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.868/SP

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Medida cautelar. Pedido. Atribuição. Efeito suspensivo. Agravo de instrumento. Liminar. Deferimento. Agravo regimental. Alegação. Exame. Tribunal Regional Eleitoral. Requisito. Potencialidade. Ação de impugnação de mandato eletivo. Improcedência. Fundamento não infirmado.

Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 8.11.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.960/DF

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Agravo regimental. Medida cautelar. Eleições 2006. Candidato eleito. Perda de objeto.

1. Realizadas as eleições majoritárias para o cargo de senador da República com a eleição do agravante para o cargo, mesmo com a circulação do *Jornal do Estado de Goiás*, vislumbra-se a perda de objeto da medida cautelar em apreço, pois nenhum efeito concreto produzirá a sua eventual procedência.

2. Agravo regimental prejudicado com a conseqüente declaração de perda de objeto da medida cautelar.

DJ de 8.11.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 2.042/SP

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Pedido de reconsideração. Medida cautelar. Decisão monocrática. Cognição como agravo regimental. Eleições 2006. Realização. Pleito. Prejudicialidade da medida cautelar e do próprio agravo.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.506/SC

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Contra-razões. Recurso especial eleitoral. Contraditório. Garantia. Representação. Interesse de agir. Omissão afastada. Não-distinção. Candidatos. Representação. Art. 96, *caput*, Lei nº 9.504/97. Rejeição.

1. Os ora embargantes apresentaram contraminuta ao agravo interposto contra a inadmissão do recurso especial da parte contrária. Naquela peça são combatidos todos os fundamentos do recurso especial

posteriormente provido. As manifestações da parte quanto ao tema central da controvérsia foram realizadas, motivo pelo qual se afasta a alegação de ofensa ao contraditório. Ausente a comprovação de prejuízo concreto.

2. Motivado pelo interesse público, o candidato ao cargo de vereador representou contra o candidato ao cargo de prefeito no Município de Capinzal/SC. O interesse de agir reside na necessidade de se coibir a prática de condutas tendentes a afetar a lisura do pleito eleitoral e a igualdade de oportunidades entre os candidatos, não importando se haverá repercussão da decisão na esfera política do representante.

3. O permissivo do art. 96, *caput*, da Lei nº 9.504/97 não faz distinção entre os candidatos habilitados a propositura de representação eleitoral, desde que o façam em mesmo pleito e circunscrição. De todo evidente o interesse do Ministério Público Eleitoral em recorrer, pois aquela instituição detém o múnus público para tanto.

4. Os embargos declaratórios prestam-se para integração e servem apenas para ajustar e corrigir deficiências do acórdão. Rejeitam-se os embargos declaratórios que não preenchem os requisitos do art. 275 do Código Eleitoral.

5. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.122/MG

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Inexistência de vícios. Rejeição.

1. Não há omissões no acórdão. A questão tida por omissa – parcialidade da promotora de justiça que oficiou nos autos – foi expressamente debatida pelo aresto embargado à fl. 83.

2. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.579/RO

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial eleitoral. Questionamento sobre a constitucionalidade do prazo de cinco dias para ajuizamento de representação com fulcro no art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Termo *a quo* para a contagem do referido prazo no caso dos autos. Embargos rejeitados.

1. Não subsiste a alegação de inconstitucionalidade de fixação de prazo de cinco dias para ajuizamento de representações. Trata-se, na verdade, de uniformização de critério, a fim de preservar a segurança jurídica. A adoção de um critério objetivo teve por finalidade evitar representações oportunistas, propostas após o resultado desfavorável das urnas, conforme se depreende da leitura dos debates travados por ocasião do julgamento do RO nº 748/PA.

2. Quanto ao termo *a quo* para a contagem dos cinco dias, o aresto embargado, sob a relatoria do Min. Humberto Gomes de Barros, considerou presumida a ciência dos fatos por parte dos representantes na data de sua ocorrência, nos termos do que restou estabelecido no paradigmático RO nº 748.

3. O ora embargante limitou-se a afirmar a ciência tardia dos fatos. Nada comprovou a respeito. Sequer precisou a data em que teve conhecimento da conduta ilícita. Os pretendidos efeitos infringentes não se mostram cabíveis, uma vez que se estaria, em última análise, substituindo a combatida presunção de intempestividade da representação por outra presunção que lhe é favorável: a de sua tempestividade.

4. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.935/SC

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Recursos especiais eleitorais. Inexistência de vícios no aresto atacado. Pretensão de efeitos infringentes. Rejeição do recurso.

1. Descabe falar em omissões se o aresto atacado abordou todas as questões essenciais à resolução da lide.

2. A alegação sobre a existência de *reformatio in pejus* foi analisada às fls. 1.807-1.808 do acórdão embargado.

3. A questão sobre as provas que embasaram a cassação do diploma dos embargantes foi igualmente tratada por esta Corte às fls. 1.810-1.811.

4. Conforme restou consignado no excerto supratranscrito, o arcabouço probatório não pode ser revisto em sede de recurso especial. Tendo o acórdão regional considerado como elementos formadores de sua convicção diversos documentos, inclusive periódicos anteriores ao afastamento do embargante de seu cargo de prefeito de Itapema/SC, conforme se pode aferir às fls. 1.434-1.435, descabe, em sede extraordinária, aferir-se o valor probante de cada uma das publicações utilizadas como prova.

5. Inexistência de vícios. Pretensão de concessão de efeitos infringentes.

6. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.016/SC

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial eleitoral. Inexistência de vícios no aresto atacado. Pretensão de efeitos infringentes. Rejeição do recurso.

1. Descabe falar em omissões se o aresto atacado abordou todas as questões essenciais à resolução da lide.

2. A alegação de *reformatio in pejus* e a análise que se fez das provas dos autos foram abordadas à fl. 500 pelo acórdão embargado.

3. Quanto à separação, por período, dos fatos que ensejaram a cassação do diploma do embargante, não há que se falar em omissão se a matéria não foi suscitada nas razões do apelo especial.

4. Inexistência de vícios. Pretensão de concessão de efeitos infringentes.

5. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.115/SP

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial eleitoral. Eleições 2004. Prestação de contas. Apelo especial não conhecido. Natureza administrativa. Inexistência de vícios.

1. O Plenário do TSE, apreciando o recurso especial, decidiu dele não conhecer, considerando tratar-se de matéria de natureza administrativa.

2. Não há como prosperar a alegação de vícios no aresto ora embargado se o apelo sequer foi conhecido, em razão do tema nele versado.

3. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 907/AC

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso ordinário. Eleições 2002. Inexistência de vícios no aresto atacado. Rejeição dos embargos.

1. A via aclaratória não se presta para rediscussão de teses desenvolvidas acerca do mérito e já apreciadas oportunamente. Os embargos de declaração utilizados para esse fim ultrapassam os limites traçados pelo art. 275 do CE.

2. Pretensão de rejugamento de mérito. Impossibilidade.

3. Embargos declaratórios rejeitados.

DJ de 6.11.2006.

2^{as} EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.496/SC

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Embargos de declaração. Omissão. Inexistência.

1. Acórdão em sede de embargos de declaração que apreciou o precedente jurisprudencial consubstanciado no RO nº 748, concluindo pela sua inaplicabilidade.

2. Embargos de declaração em embargos de declaração apontando omissão no aresto quanto ao referido precedente.

3. Omissão inexistente.

4. Embargos reconhecidos como protelatórios. Aplicação da sanção recursal contida na parte final do art. 275, § 4º, do Código Eleitoral.

5. Embargos de declaração rejeitados.

DJ de 8.11.2006.

HABEAS CORPUS Nº 539/SE**RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

EMENTA: *Habeas corpus*. Prisão domiciliar. Inexistência de prova inequívoca de sua necessidade.

1. A prisão domiciliar é de natureza extraordinária. Só deve ser concedida em situação excepcional, com demonstração inequívoca da sua necessidade para garantir tratamento à saúde de paciente portador de doença gravíssima.

2. Prestígio ao acórdão *a quo* que, com base nos fatos existentes nos autos, negou a ordem de *habeas corpus*.

3. Denegação da ordem. Liminar revogada.

DJ de 6.11.2006.**HABEAS CORPUS Nº 544/RO****RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

EMENTA: *Habeas corpus*. Transporte ilegal de eleitores. Condenação. Trânsito em julgado. Instância. Supressão. Revisão criminal. Não-cabimento.

1. O exame, em sede de *habeas corpus*, de matéria não apreciada pela sentença condenatória implica supressão de instância.

2. O *habeas corpus* não se presta para examinar alegações que objetivam a revisão de decisão transitada em julgado.

Ordem denegada.

DJ de 6.11.2006.**HABEAS CORPUS Nº 554/DF****RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO JOSÉ DELGADO****REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO GERARDO GROSSI**

EMENTA: *Habeas corpus*. Apelação. Réu preso. Prazo para julgamento do recurso.

– Interposta apelação por réu preso, condenado em primeiro grau, com a recomendação de que não pode recorrer em liberdade, deve o Tribunal *ad quem* julgar o recurso no menor tempo possível.

– Demora injustificada de tal julgamento é razão de deferimento de *habeas corpus* para que o réu aguarde tal julgamento em liberdade.

– Ordem deferida.

DJ de 6.11.2006.**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.923/CE**
RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Ação de investigação judicial eleitoral. Recurso contra expedição de diploma. Autonomia. Prequestionamento. Ausência. Dissídio pretoriano não configurado.

1. Ausência de prequestionamento. O art. 73, VI, *b*, da Lei nº 9.504/97 não foi abordado no âmbito do voto do acórdão *a quo*, incidindo, no caso, o enunciado da Súmula-STF nº 282.

2. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Deixou-se de proceder ao necessário cotejo analítico entre os julgados confrontados

3. Recurso especial não conhecido.

DJ de 8.11.2006.**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.997/SC****RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Abuso de poder econômico. Configuração. Aplicação de multa. Cabimento. Não-provimento.

1. Manutenção do acórdão recorrido que aplicou pena de multa (art. 73, V, § 5º, da Lei nº 9.504/97) ao invés de cassar o registro de candidatura ou diploma por ter havido nomeação de servidores públicos no período de campanha eleitoral.

2. Há, também, de ser prestigiado o aresto atacado que, com base em prova incontroversa depositada nos autos, reconhece que a prática indevida de publicidade institucional no trimestre anterior ao pleito pode configurar abuso de poder, quando autopromocional de pré-candidato à reeleição.

3. Multa e inelegibilidade confirmadas.

4. Recurso especial não provido.

DJ de 8.11.2006.**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.134/RN****RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Entrevista publicada em jornal. Propaganda eleitoral extemporânea. Não-caracterização.

1. Não caracteriza violação ao art. 36 da Lei nº 9.504/97, o fato de órgão de imprensa, antes do período oficial de propaganda eleitoral, veicular entrevista com pretensa candidata ao cargo de senador.

2. O direito de informar é garantia constitucional que tem como objetivo aperfeiçoar a transparência dos fenômenos políticos e dar elementos formadores do regime democrático.

3. Impossível restringir atividade inerente à imprensa sem apoio legal.

4. Confirmação do acórdão prolatado por Tribunal Regional Eleitoral que, em face dos fatos, entendeu não constituir, por si só, propaganda eleitoral antecipada, a divulgação, pela imprensa, de entrevista com pretensa candidata, que faz menção a possível candidatura em eventual aliança com partidos.

5. Recurso especial não provido.

DJ de 8.11.2006.**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.164/MG****RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Propaganda extemporânea. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Divergência jurisprudencial. Não-configuração. Mensagem subliminar. Verificação. Circunstâncias. Multa. Cominação. Individualização.

1. A jurisprudência do TSE já pacificou entendimento segundo o qual, para averiguar a eventual existência de propaganda eleitoral extemporânea, cabe à Corte Regional não apenas observar a literalidade da mensagem, mas, também, todos os outros fatos que lhe são circunscritos, como imagens e números, com o intuito de comprovar que há mensagem subliminar a enaltecer as virtudes do pretendo candidato, o que, de fato, ocorreu no caso em apreço. Precedente: (REspe

nº 19.905/GO, rel. Min. Fernando Neves, *DJ* de 22.8.2003).

2. Do panorama formado nos autos, verifica-se que a pretensão dos recorrentes não prescinde do reexame de matéria fático-probatória, uma vez que a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* – ocorrência de propaganda eleitoral extemporânea, acarretando a multa prevista no art. 96, § 3º, da Lei nº 9.504/97 – baseou-se na análise de provas acostadas aos autos. Incidência da Súmula-STJ nº 7.

3. Existindo mais de um responsável pela propaganda irregular, a pena de multa deverá ser aplicada a cada um, respeitando-se os valores mínimo e máximo estipulados em lei. Precedente: (Ag nº 4.900/PA, rel. Min. Gilmar Ferreira Mendes, *DJ* de 18.2.2005).

4. Recurso especial a que se nega provimento.

DJ de 8.11.2006.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 904/PA

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Recursos ordinários. Eleições 2002. Abuso de poder político e econômico. Matéria decidida em outro feito. Prejudicialidade.

1. Quedam-se prejudicados os recursos ordinários quando os fatos que lhes dão suporte foram examinados em outro feito e tidos como insuficientes para conduzir à perda do mandato.

2. Utilização de *slogan* institucional em campanha. Não-comprovação.

3. Recursos aos quais se nega provimento.

DJ de 6.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.430, DE 28.9.2006

PETIÇÃO Nº 2.275/PR

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Comércio. Abertura e funcionamento. Eleições 2006. Possibilidade. Decisão. Tribunal Superior Eleitoral. Pedidos de reconsideração. Indeferimento.

DJ de 8.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.431, DE 29.9.2006

PETIÇÃO Nº 2.275/PR

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Comércio. Abertura e funcionamento. Eleições 2006. Possibilidade. Decisão. Tribunal Superior Eleitoral. Pedidos de reconsideração. Indeferimento.

DJ de 8.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.452, DE 17.10.2006

PETIÇÃO Nº 2.466/DF

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Pedido. Emissora de televisão. Realização. Debate. Antevéspera do pleito. Término. Posterioridade. Horário. Meia-noite. Impossibilidade.

1. Considerando que o art. 49 da Lei Eleitoral e o

parágrafo único do art. 240 do Código Eleitoral não estabelecem prazo em horas – consignou-se antevéspera das eleições – é razoável entender que o debate possa ocorrer na referida antevéspera do pleito, como previsto, limitando-se, porém, em sentido definitivo, de que não poderá ser ultrapassado o horário de meia-noite.

Pedido indeferido.

DJ de 8.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.459, DE 24.10.2006

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.702/GO

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Processo administrativo. Tribunal Regional Eleitoral. Concessão de diárias a magistrados e servidores da Justiça Eleitoral. Deslocamento para localidades de difícil acesso. Res.-TSE nº 22.054/2005. Caracterização. Homologação da Res.-TRE/GO nº 101/2006.

Presentes os requisitos, homologa-se resolução do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, para considerar como localidades de difícil acesso os povoados de Acaba Vida, Buriti Alto, Caiçara, Córrego Dantas, Fazenda Poções, Garimpinho, Machadinho e Rio Vermelho, pertencentes ao Município de Niquelândia/GO, para os efeitos da Res.-TSE nº 22.054/2005, desde que haja pernoite na localidade.

DJ de 8.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.460, DE 26.10.2006

PETIÇÃO Nº 2.556/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO

MENEZES DIREITO

EMENTA: Propaganda eleitoral. Internet. Antevéspera do segundo turno. Autorização.

1. É razoável a manutenção das páginas institucionais das candidaturas à Presidência da República no mesmo período da propaganda regular por rádio e televisão, no caso, durante o dia 27 de outubro.

2. Pedido deferido.

DJ de 8.11.2006.

RESOLUÇÃO Nº 22.462, DE 26.10.2006

PETIÇÃO Nº 1.445/DF

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Petição. Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2003. Irregularidades não sanadas. Desaprovação. Suspensão de repasse de novas cotas do Fundo Partidário. Comunicação ao Ministério Público. Não sanadas as irregularidades apontadas, apesar das oportunidades concedidas, impõe-se a desaprovção da prestação das contas do PSDC referente ao exercício financeiro de 2003.

DJ de 8.11.2006.

PUBLICADOS EM SESSÃO

ACÓRDÃOS

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.518/SE

RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO JOSÉ DELGADO

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Mandado de segurança. Situação excepcional. Pesquisa. Proibição de divulgação na véspera do pleito eleitoral. Liminar. Indeferimento. Agravo regimental.

– Não cabe mandado de segurança, impetrado ao Tribunal Superior Eleitoral, para impugnar ato de relator de representação em Tribunal Regional.

– Em caso excepcional – proibição, por liminar, de divulgação de pesquisa eleitoral, na véspera do pleito – admite-se o mandado de segurança.

– As pesquisas eleitorais podem ser divulgadas até a véspera da eleição.

– Agravo regimental provido para deferir a liminar.

Publicado na sessão de 30.9.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.586/MS

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Embargos de declaração, recebidos como agravo regimental. Precedentes. Recurso especial. Eleições 2006. Candidata a deputada federal. Filiação partidária. Registro indeferido. Agravo regimental. Desprovimento.

1. Embargos de declaração opostos contra decisão monocrática do relator não de ser recebidos como agravo regimental.

2. A ausência de comprovação de filiação partidária impede o deferimento do registro de candidatura a cargo eletivo.

3. Não é possível, em sede de recurso especial, o reexame do conjunto fático-probatório (Súmula-STF nº 279).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.598/MG

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2006. Candidato a senador. Registro indeferido. Condição de elegibilidade. Candidato não escolhido em convenção.

– Não se pode deferir pedido de registro de candidato não escolhido em convenção.

– Não é possível, em sede de recurso especial, o reexame do conjunto fático-probatório (Súmula-STF nº 279).

– Agravo regimental a que se nega provimento.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.306/RO

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Agravo regimental. Recurso ordinário. Indeferimento do registro. Existência de sentença com trânsito em julgado por improbidade administrativa. Incidência do art. 15, V, da CF. Negativa de seguimento. Fundamentos não infirmados. Negado provimento.

I – Esta Corte tem “entendido não ser cabível o agravo regimental que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a reiterar as razões do recurso especial, conforme consignado na ementa do Ac. nº 25.005, de 19.5.2005” (AgRgAg nº 6.445/SP, rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 12.5.2006).

II – Agravo a que se nega provimento.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 965/MA

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Embargos de declaração. Omissões. Não-ocorrência.

1. Não ocorre deficiência de fundamentação quando na retificação do voto adota o entendimento lançado em voto-vista, devidamente fundamentado.

2. Não existe omissão quando esta Corte entende ser a Justiça Comum (estadual ou federal) a competente para apreciar ação desconstitutiva ou anulatória de decisão de corte de contas.

3. Não há usurpação de competência do Poder Legislativo quando este Tribunal der interpretação aos dispositivos legais eleitorais.

4. O pleno exercício dos direitos políticos não se apresenta de forma absoluta sobre o princípio da moralidade. A própria Constituição traz exceções, bem como autoriza a edição de leis com outras hipóteses.

5. Não ocorre cerceamento de defesa ou violação ao princípio do juiz natural, havendo confirmação dos integrantes da Corte no julgamento quanto a estarem aptos a proferir voto sobre o caso.

6. Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos.

Publicado na sessão de 31.10.2006.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.130/SP

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso ordinário. Candidato a deputado federal. Registro indeferido. Contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Ex-presidente de Câmara Legislativa Municipal.

1. Não consta dos autos procuração outorgada aos advogados subscritores da minuta de embargos, razão pela

qual o recurso manejado é tido por inexistente. Precedentes.

2. Embargos não conhecidos.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27.082/RN
RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO CARLOS
AYRES BRITTO

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO
JOSÉ DELGADO

EMENTA: Recurso especial. Direito de resposta. Fim do horário de propaganda eleitoral gratuita. Prejudicialidade.

Encerrado em 28.9.2006 o prazo para divulgação da propaganda eleitoral extemporânea gratuita no rádio e na televisão, nos termos da Res.-TSE nº 22.249/2006, resta prejudicada a análise do recurso especial eleitoral.

Publicado na sessão de 19.10.2006.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27.397/RN
RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES
BRITTO

EMENTA: Recurso especial. Direito de resposta. Propaganda eleitoral. Primeiro turno. Prejuízo.

1. Não ocorre a perda superveniente do interesse processual no recurso, quando eventual concessão de direito de resposta ou de devolução de tempo na propaganda eleitoral gratuita puder ser veiculada no horário eleitoral reservado ao segundo turno das eleições.

2. Convicção pessoal que discrepa do entendimento da maioria, segundo a qual ocorre o prejuízo de recurso em tema de direito de resposta na propaganda eleitoral gratuita quando já realizado o primeiro turno das eleições.

3. Prejuízo do recurso que se reconhece, ante a atuação em órgão colegiado.

Publicado na sessão de 19.10.2006.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27.522/RN
RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES
BRITTO

EMENTA: Recurso especial eleitoral. Eleições 2006. Alteração no limite de gastos de campanha. Deputado federal. Ausência de previsão legal ou de resolução. Indeferimento. Não demonstrada violação legal nem divergência jurisprudencial. Negado provimento.

1. A Res.-TSE nº 21.609/2004, vigente à época das eleições 2004, expressamente permitiu o aumento de limite de gastos em campanha.

2. Já a Res.-TSE nº 22.250/2006 – que disciplina a arrecadação e aplicação dos recursos nas campanhas eleitorais de 2006 – não autorizou o acréscimo do limite de gastos nas campanhas eleitorais de 2006.

3. Matéria já apreciada na MC nº 2.032, em 26.9.2006, na qual indeferi pedido liminar.

4. Não demonstrada ofensa a lei federal nem divergência jurisprudencial.

5. Negado provimento.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.329/PA

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Eleições 2006. Registro de candidatura. Deputado estadual. Impugnações. MPE e PMDB/PA. Rejeições de contas pelo TCE/PA e pelo TCM/PA. Irregularidade em convenção. Acolhimento da impugnação do Ministério Público em razão das decisões do TCE/PA. Registro indeferido.

Interposição de recurso ordinário pelo candidato e especial pelo PMDB/PA.

Recurso do partido. Convenção. Delegação para órgão de direção partidária a escolha de candidatos. Deliberação após o prazo do art. 8º da Lei nº 9.504/97, mas no prazo do art. 11 da mesma lei. Possibilidade. Precedentes do TSE. Decisão TCM/PA. Mero parecer prévio. Recurso desprovido.

Recurso do candidato. Obtenção de liminar suspendendo os efeitos das decisões de rejeição de contas. Provimento do recurso.

– É admissível que a convenção delegue à comissão executiva ou a outro órgão partidário a efetiva formação de coligação ou a escolha de candidatos, o que pode ocorrer até o prazo previsto no art. 11 da Lei nº 9.504/97 para se pedir o registro das candidaturas. Precedentes.

– Parecer prévio de Tribunal de Contas dos Municípios não atrai a incidência da inelegibilidade do art. 1º, I, g, da LC nº 64/90. A Câmara Municipal é o órgão competente para o julgamento das contas anuais de prefeito.

– A competência para o julgamento e eventual rejeição de contas de convênios federais (Fundef) é do Tribunal de Contas da União (art. 71, VI, CF).

– O Tribunal Superior Eleitoral revendo o próprio Verbete nº 1 implementou a necessidade de se buscar na ação desconstitutiva a tutela antecipada ou medida liminar. Havendo tal entendimento ocorrido no meio do processo eleitoral, deve ser admitido para essas eleições, a notícia da concessão depois do pedido de registro de candidatura.

– Recurso do candidato provido para deferir o registro da candidatura e desprovido o recurso do partido.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.239/SP

RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO ARI
PARGENDLER

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO
GERARDO GROSSI

EMENTA: Representação. Propaganda eleitoral fixada em comitês de campanha.

Nos comitês de campanha eleitoral é permitida a utilização de *banners*. Representação julgada improcedente.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.241/RS

RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO ARI
PARGENDLER

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: GERARDO
GROSSI

EMENTA: Representação. Propaganda eleitoral fixada em comitês de campanha.

Nos comitês de campanha eleitoral é permitida a utilização de *banners*. Representação julgada improcedente.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.269/DF

RELATOR: MINISTRO ARI PARGENDLER

EMENTA: Representação. Direito de resposta. O comentário de notícias publicadas na imprensa não está proibido no espaço reservado à propaganda eleitoral gratuita. Representação improcedente.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.278/DF

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

EMENTA: Direito de resposta. Afirmação sabidamente inverídica.

1. A controvérsia relativa a dados da política habitacional não confere certeza suficiente para amparar direito de resposta com base em afirmação sabidamente inverídica.

2. A utilização do advérbio *praticamente* escoima a propaganda da irregularidade apontada, diante dos elementos que estão contidos nos autos.

3. Representação julgada improcedente.

Publicado na sessão de 23.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.284/DF

RELATOR: MINISTRO ARI PARGENDLER

EMENTA: Representação. Direito de resposta. A resposta supõe imputações precisas (Lei nº 9.504/97, art. 58). Representação improcedente.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.293/DF

RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO MARCO AURÉLIO

EMENTA: Direito de resposta. Veículo de comunicação. Art. 58 da Lei nº 9.504/97. Estampando a matéria informação ao público de fatos relativos a certo acontecimento, não se tem espaço para a observação do disposto no art. 58 da Lei nº 9.504/97.

Publicado na sessão de 23.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.299/DF

RELATOR: MINISTRO ARI PARGENDLER

EMENTA: Representação. Direito de resposta. Resposta adequada ao tempo que lhe foi destinado (1 minuto) e à ofensa que devia ser reparada. Representação julgada improcedente.

Publicado na sessão de 24.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.304/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Referência a candidato, no sentido de “barrar 69 CPIs”, configura crítica política, não ensejando a concessão de direito de resposta. Representação que se julga improcedente.

Publicado na sessão de 26.10.2006.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.309/DF

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

EMENTA: Pedido de direito de resposta. Crítica política que, embora contundente, não dá ensejo à concessão de direito de resposta. Representação que se julga improcedente.

Publicado na sessão de 26.10.2006.

DECISÕES

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.508/ES

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

DECISÃO/DESPACHO: Cuida-se de recurso especial eleitoral, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Acórdão assim ementado (fl. 164):

“Pedido de registro de candidatura. Impugnação fundada na existência de rejeição de contas do candidato. Ação desconstitutiva proposta. Súmula-TSE nº 1.

Uma vez ajuizada ação desconstitutiva de decisão proferida por Corte de Contas rejeitando contas de candidato enquanto administrador público, descabe à Justiça Eleitoral prescrutar o mérito de referida demanda. Aplicabilidade do entendimento consolidado na Súmula nº 1 do TSE. Preenchimento dos requisitos objetivos impostos pela Lei Complementar nº 64/90. Improcedência da impugnação. Deferimento do registro por maioria de votos”.

2. Pois bem, sustenta o *Parquet* Eleitoral que o recorrido – candidato a deputado estadual – teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, alusivamente ao Convênio nº 116, firmado entre o Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES e o Ministério da Educação (Ac.-TCU nº 267/2002, confirmado pelo Ac.-TCU nº 1.701/2004). Daí entender que o regional, ao deferir o registro de candidatura, violou o disposto na alínea g¹ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90.

3. Vai além o recorrente para assentar que a tese de que “a mera protocolização da petição inicial é meio idôneo para suspender a inelegibilidade do candidato que teve contas rejeitadas, por decisão definitiva, pelo órgão competente, atenta diretamente contra a Constituição Federal. Aliás, é um contra-senso admitir-se que a decisão de um órgão competente que rejeitou uma prestação de contas, seja afastada com a mera protocolização de uma petição inicial, a qual, muitas vezes, sequer poderia ser recebida, e sem nenhum fundamento capaz de permitir uma análise ou apreciação que afaste a decisão administrativa” (fl. 252).

¹“Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão”.

4. A seu turno, a douta Procuradoria-Geral Eleitoral é pelo provimento do recurso, conforme parecer da lavra do ilustre Vice-Procurador-Geral Eleitoral Francisco Xavier Pinheiro Filho (fls. 331-334).

5. Prossigo neste relato para dizer que, em 15.9.2006, o eminente juiz federal da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Náiber Pontes de Almeida, encaminha os documentos de fls. 337-339, demonstrando que deferiu antecipação dos efeitos da tutela para “suspender os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União, proferida no Processo-TC nº 000.906/1997-2 (que julgou irregulares as contas referentes ao convênio para construção de escola técnica federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES), em relação a José Tasso Oliveira de Andrade” (fl. 339).

6. Instada a se manifestar em virtude destes novos elementos, a douta Procuradoria-Geral Eleitoral ratifica o parecer exarado, pois a “decisão proferida pelo MM. Juízo da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal não tem o condão de afastar a inelegibilidade do recorrido, pois essa fora verificada ao tempo do pedido de registro de sua candidatura” (fls. 349-351).

7. Em princípio, recebo o recurso como se ordinário fosse. É que o caso dos autos versa sobre causa de inelegibilidade – inciso III do § 4º do art. 121 da Constituição Federal. Mais ainda, perfeitamente aplicável, aqui, o princípio da fungibilidade recursal, visto encontrarem-se preenchidos os requisitos para a conversão.

8. Bem vistas as coisas, tenho que o recurso não merece prosperar. Digo isso porque este Superior Eleitoral tem afastado a causa de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90 quando há, nos autos, provimento acautelatório que suspenda os efeitos da decisão proferida pela Corte de Contas, mesmo que tal decisão seja juntada após o pedido de registro de candidatura para as eleições de 2006. Nesse sentido, confira-se, entre outros, o RO nº 965, rel. Min. Gerardo Grossi:

“Eleições 2006. Recurso ordinário. Impugnação. Candidato. Deputado estadual. Rejeição de contas. Convênio federal. Tribunal de Contas da União. Competência. Ação anulatória. Ausência de provimento judicial de suspensão dos efeitos da decisão que rejeitou as contas.

1. O Tribunal Superior Eleitoral, revendo o Verbete nº 1 da súmula de sua jurisprudência, afirmou a necessidade de se obter, na ação desconstitutiva, medida liminar ou a tutela antecipada. Havendo tal entendimento ocorrido no meio do processo eleitoral, deve ser admitida, para as atuais eleições, a notícia da concessão de liminar ou de tutela antecipada, depois do pedido de registro de candidatura.

2. A mera propositura da ação anulatória, sem a obtenção de provimento liminar ou antecipatório, não suspende a cláusula de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90.

3. Ausência de notícia de concessão, mesmo posteriormente, de alguma medida judicial.

4. Recurso Ordinário conhecido e provido” (grifei).

9. Nesse contexto, ressalvo meu ponto de vista contrário, mas acedo ao pensar majoritário da Corte para, frente ao 6º do art. 36 do RITSE, negar provimento ao recurso ordinário.

Publique-se em sessão.

Brasília/DF, 6 de novembro de 2006.

Publicada na sessão de 7.11.2006.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.241/GO

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

DECISÃO/DESPACHO: Cuida-se de recurso ordinário eleitoral, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que indeferiu o registro de candidatura de José Nunes de Moura ao cargo de deputado estadual.

2. Eis o teor da ementa e de trecho do acórdão exarado em sessão de julgamento realizada no dia 23.8.2006 (fls. 111-126):

“Eleições 2006. Registro de candidatura. Impugnação ao pedido de registro sob fundamento de inelegibilidade prevista no art. 1º, inc. I, alínea g, da LC nº 64/90. Rejeição das contas do requerente, na condição de presidente da Câmara Municipal. Julgamento pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Irregularidade insanável. Embargos de declaração em sede de recurso de revisão. Acórdão, administrativamente, com trânsito em julgado. Ausência de propositura de ação perante o Poder Judiciário. Inelegibilidade configurada. Impugnação julgada procedente. Pedido de registro indeferido.

(...)

Preambularmente, impende consignar que todos os pressupostos necessários, bem assim, os documentos que se fazem indispensáveis ao requerimento de registro de candidatura do interessado estão presentes, ressalvada a situação posta na impugnação, que ora se dirime.

(...)

Detecta-se, então, que para a perfeita consubstanciação da hipótese legal, inafastável a presença de certos elementos, a saber: a) rejeição das contas pelo órgão apropriado; b) que a irregularidade seja de natureza insanável; c) que a decisão seja irreversível, em sede administrativa; e d) que a questão objeto da análise não tenha sido ou não esteja em apreciação perante o Poder Judiciário.

(...)

Por conseguinte, afirma-se o eflúvio de todos os elementos que permitem a caracterização da inelegibilidade do art. 1º, I, g, da LC nº 64/90.

(...)”.

3. Pois bem, sustenta o recorrente que “a conclusão não pode ser outra: a decisão não é irreversível posto que já há manifestação do próprio TCM em alterar a decisão que houvera proferido anteriormente: o processo se encontra em pauta para julgamento no próximo dia 6.9.2006, próxima quarta-feira e certamente será

modificado, no mínimo naquela parte sugerida pela auditoria de contas” (fls. 139-146).

4. Em contra-razões, o MPE pugnou pelo desprovidimento do recurso (fls. 155-161), ao argumento de que o recorrente “não carregou aos autos prova de que ingressou na Justiça Comum para discutir a decisão do TCM que rejeitou suas contas”, pelo que o acórdão do TRE/GO não mereceria reparo.

5. A seu turno, a douta PGE também se manifestou pelo desprovidimento. É o que se vê da seguinte passagem (fls. 177-179):

“(…)

Isso porque o documento novo, anexado aos autos, via fax, (sem autenticação), não tem a faculdade de mudar a situação do pré-candidato, ora recorrente. A superveniência de decisão do Tribunal de Contas do Município, modificando a decisão que rejeitou as contas do recorrido, não tem o condão de afastar a causa de inelegibilidade, uma vez que esta deve ser verificada no momento do requerimento de registro, independentemente de fatos supervenientes. Esse é o entendimento pacífico desta Corte Superior, senão vejamos:

‘Recurso especial. Eleição 2004. Registro de candidatura. Indeferimento. Filiação partidária. Condição de elegibilidade. Inexistência no momento do registro. Alegação de afronta (arts. 5º, XXXVI, da CF, 301, 467 e 468 do CPC). Prequestionamento. Ausência. Recurso desprovido.

I – O TSE já assentou que as inelegibilidades e as condições de elegibilidade devem ser aferidas ao tempo do registro de candidatura. Não preenchendo o pré-candidato os requisitos para deferimento do registro, deve ser este indeferido. Nesse sentido, o julgado no Ag nº 4.556/SP, rel. Min. Fernando Neves, DJ de 21.6.2004.

II – A alegação de afronta aos arts. 5º, XXXVI, da CF, 301, 467 e 468 do CPC não pode ser apreciada por esta Corte, uma vez que lhe falta prequestionamento.’

(REspe nº 21.719, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, publicado em sessão, data 19.8.2004.)

Dessa forma, conclui-se que deve ser mantida a decisão da Corte Regional Eleitoral”.

6. Bem vistas as coisas, tenho que o recurso merece prosperar. É que, no caso, a *decisão administrativa de rejeição das contas* atinentes ao exercício de 2003, emanada pelo Tribunal de Contas de Goiás em desfavor do recorrente, *não transitou em julgado* – sendo passível de alteração mediante recurso –, nos moldes da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90. De fato, ao compulsar os autos, verifico que foi dado efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos à decisão que desaprovou as contas do candidato (fl. 33).

7. Demais disso, o recorrente providenciou a juntada de documentação via fac-símile, na qual se demonstra que as contas foram consideradas regulares *a posteriori* (fls. 173-174). Mais: em harmonia com a jurisprudência deste nosso colendo Tribunal, tenho por *idôneas as cópias anexadas*, a despeito da falta de apresentação dos originais (AgRgAgI nº 5.222, rel. Min. Marco Aurélio, em 3.5.2005).

8. Posto isso, dou provimento ao recurso ordinário.

Publique-se em sessão.

Brasília, 31 de outubro de 2006.

Publicada na sessão de 7.11.2006.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.293/MA

RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

DECISÃO/DESPACHO: Eleições 2006. Registro de candidatura. Indeferimento. Rejeição de contas. Ajuizamento de ação desconstitutiva da decisão da Câmara Municipal. Concessão de antecipação de tutela após a data para o requerimento de registro. Inelegibilidade afastada. Recurso não conhecido. Precedente. A concessão de tutela antecipada à ação desconstitutiva da decisão que rejeitou as contas afasta a inelegibilidade, ainda que tenha ocorrido após o pedido de registro.

Decisão.

1. Trata-se do pedido de registro de candidatura de José dos Santos Amado ao cargo de deputado estadual, formulado pela Coligação Maranhão – Vontade do Povo (PRTB/PHS/PRP), para as eleições de 2006 (fl. 2).

O Ministério Público impugnou o requerimento de registro, sob alegação de existência da hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90, uma vez que o pré-candidato, à época em que era prefeito, teve suas contas anuais, relativas ao exercício de 1997-1998, rejeitadas (fl. 9).

O Tribunal Regional Eleitoral deferiu o pedido de registro, porque entendeu que o ajuizamento de ação para desconstituir a decisão da Câmara Municipal que rejeitou as contas afastou a inelegibilidade (fl. 116).

A Procuradoria Regional Eleitoral interpõe este recurso ordinário (fl. 122). Alega, em síntese, que o simples ajuizamento de ação para desconstituir decisão que rejeitou contas não seria instrumento hábil a afastar a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90, principalmente quando revestido de má-fé, com o fim de burlar a lei. Afirmar que o afastamento da inelegibilidade dependeria de determinação, pela Justiça Federal, em sede de liminar, ou não, de suspensão dos efeitos da referida decisão, o que não teria ocorrido no caso dos autos.

O Ministério Público opina pelo provimento do recurso (fl. 169).

À fl. 175, o recorrido informa que teria sido concedida liminar na ação cautelar promovida para suspender os efeitos da decisão que rejeitou as contas, cuja nulidade já estaria sendo argüida na ação desconstitutiva (fl. 33).

2. Inviável o recurso.

Trata-se de pedido de registro de pré-candidato que teve contas, relativas ao exercício de 1997-1998, época em que era prefeito, rejeitadas, em 12.5.2005, pela Câmara Municipal (fl. 20).

A verificação da inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90¹, requer que as contas tenham sido rejeitadas por irregularidade insanável e que tenha havido trânsito em julgado da decisão do órgão competente que as rejeitou, sem concessão de eficácia a eventual ação judicial proposta para desconstituir a referida decisão.

O recorrido alega que teria sido concedida antecipação de tutela à ação cautelar ajuizada para suspender os efeitos da decisão de rejeição de contas.

De fato, o juiz da Comarca de Cururupu/MA concedeu liminar,

[...] determinando a suspensão dos efeitos da decisão que rejeitou as contas do ex-gestor municipal, José dos Santos Amado, referentes aos exercícios de 1997 e 1998, tomada em sessão plenária da Câmara Municipal de Cururupu/MA, no dia 13 de abril de 2005, até decisão de mérito na presente demanda.

[...] (fls. 179-180).

Ainda que tenha sido concedida após o pedido de registro, em 19.9.2006 (fl. 180), a liminar tem o condão de afastar a inelegibilidade para as eleições de 2006.

Segundo o atual entendimento desta Corte:

Eleições 2006. Recurso especial. Aplicação do princípio da fungibilidade e recebido como recurso ordinário. Registro de candidato. Indeferimento. Prefeito. Rejeição de contas pela Câmara Municipal. Ação desconstitutiva ajuizada contra os decretos legislativos. Liminar concedida. Não-incidência da inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90.

O Tribunal Superior Eleitoral revendo o próprio Verbete nº 1, implementou a necessidade de se buscar na ação desconstitutiva a tutela antecipada. Havendo tal entendimento ocorrido no meio do processo eleitoral, deve ser admitido, para essas eleições, a notícia da concessão depois do pedido de registro de candidatura.

Recurso ordinário conhecido e provido, para deferir o registro de candidatura (Ac. nº 26.640, de 26.9.2006, redator para o acórdão Ministro Gerardo Grossi).

3. Pelo exposto, *nego sequimento* ao recurso (RITSE, art. 36, § 6º). Int.

Brasília, 1º de novembro de 2006.

Publicada na sessão de 9.11.2006.

¹“Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, [...]”.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.302/PR

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

DECISÃO/DESPACHO: Cuida-se de recurso ordinário eleitoral, manejado contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Acórdão assim ementado (fls. 294-295):

“Registro de candidato. Certidões de distribuição de feitos. Certidão criminal positiva. Inexistência de trânsito em julgado de condenação. Documentação protocolar adequada. Princípios da legalidade e da presunção de inocência. Indeferimento.

1. A quantidade de distribuição de feitos em nome do interessado por si só, não obstaculiza o registro de candidatura.

2. A regra impeditiva de concorrência eleitoral se dá na existência de decisão penal condenatória transitada em julgado.

3. A competência das cortes de contas na apreciação das contas de convênio é de julgamento, e não opinativa, o que significa dizer que o agente público não é julgado pelo Tribunal de Contas na qualidade de chefe do Poder Executivo, mas tão-somente na condição de gestor público, uma vez que os recursos não pertencem a sua órbita federativa.

4. A desaprovação das contas, por parte do Tribunal de Contas, quanto à verba repassada por convênio acarreta a inelegibilidade, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/90.

5. A mera protocolização de ação desconstitutiva, para o fim de suspender a inelegibilidade decorrente da decisão do Tribunal de Contas que rejeita contas por irregularidade insanável (art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90), poucos dias antes do pedido de registro de candidatura sem pedido de antecipação dos efeitos da tutela é ineficaz manobra destinada a burlar a incidência da vedação legal.

6. A redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994, ao § 9º, do art. 14, da Constituição Federal, consagrando o princípio da moralidade para o exercício do mandato eletivo e a proteção à probidade administrativa, impõe nova exegese à regra do art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. A propositura de ação, para afastar a inelegibilidade decorrente da rejeição das contas pelo órgão competente, deve vir acompanhada do devido despacho judicial determinando a suspensão da sanção, bem como a ação deve atacar de forma objetiva, todos os fundamentos do ato de rejeição.

7. Pedido de registro de candidatura indeferido, em face da inelegibilidade do requerente”.

2. Pois bem, sustenta o recorrente, em síntese, que: a) houve cerceamento de defesa, tendo em vista que “as partes não foram notificadas para se manifestar nos autos, acerca da diligência requerida de ofício pelo relator do processo” (fl. 331); b) o Instituto de Previdência Municipal

dos Servidores de Cambará/PR “não se trata de convênio, mas sim uma autarquia, que possui seu CNPJ próprio e sua diretoria própria” (fls. 332-333); c) nenhuma das prestações de contas aludidas pelo acórdão regional foi apreciada pela Câmara Municipal; d) compete à Câmara Municipal julgar as contas de responsabilidade do prefeito, “portanto, não havendo manifestação da Câmara Municipal a respeito das aludidas contas, não há porque se falar em inelegibilidade do requerente” (fl. 339); d) a mera propositura de ação anulatória que vise a desconstituir a decisão da Corte de Contas suspende a causa de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90.

3. A seu turno, a douta Procuradoria-Geral Eleitoral é pelo desprovimento do recurso. É o que se vê da seguinte passagem do parecer da lavra da ilustre Procuradora Regional Eleitoral Fátima Aparecida de Souza Borghi, aprovado pelo Vice-Procurador-Geral Eleitoral Francisco Xavier Pinheiro Filho (fls. 390-394):

“(…)

Relativamente à necessidade de decreto legislativo para desaprovação das contas de prefeito, cabe destacar que as verbas estaduais – no caso o Tribunal de Contas julgou desaprovadas as contas do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores de Cambará, de responsabilidade de Mohamad Ali Hanze – dispensam o julgamento pela Câmara Municipal, porquanto o Tribunal de Contas Estadual age no exercício de sua própria jurisdição e não como auxiliar do Poder Legislativo, nos termos do disposto no art. 71, inciso VI, da Constituição da República.

(…)

Ademais, de acordo com os documentos anexados aos autos, Mohamad Ali Hanze, enquanto prefeito de Cambará, teve suas contas relativas aos exercícios de 2000, 2001 e 2003 rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado (fl. 38, datada de 26.9.2001).

Nada obstante, o candidato clama, em sua defesa, a Súmula nº 1, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, haja vista ter interposto ação anulatória em 30 de junho de 2006, objetivando a desconstituição da decisão que analisou as contas nos exercícios de 2000, 2001 e 2003 (fls. 80-107).

(…)

(…)

Em primeiro lugar porque o Tribunal Superior Eleitoral modificou o entendimento sumulado, passando a exigir decisão judicial na respectiva ação anulatória para suspender a decisão do Tribunal de contas e, por conseguinte, afastar a inelegibilidade da LC nº 64.

(…)”.

4. Prossigo neste relato para dizer que, em 27.10.2006, o recorrente juntou os documentos de fls. 556-560, demonstrando que o Tribunal de Contas do Paraná suspendeu “liminarmente os efeitos do parecer daquele

mesmo TC, que rejeitara as contas relativas ao Instituto da Previdência do Município de Cambará” (fl. 556).

5. Instada a se manifestar em virtude destes novos elementos, a douta Procuradoria-Geral Eleitoral ratifica o parecer exarado. Para tanto, argumenta que, *verbis* (fls. 562-567):

“(…)”

Inicialmente, importante salientar que as inelegibilidades e as condições de elegibilidade são aferidas ao tempo do registro de candidatura (…).

(…)”

No caso em tela, observa-se que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), em acórdão publicado em sessão no dia 31.8.2006, indeferiu o pedido de registro de candidatura do recorrente, ao verificar que o TCE/PR julgou desaprovadas as contas do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores de Cambará, de responsabilidade de Mohamad Ali Hamze, referentes ao exercício financeiro de 2001, sendo que o simples ajuizamento de ação desconstitutiva não implica em afastamento da causa de inelegibilidade.

Logo, tem-se que, quanto a esse fato, o argumento trazido pelo recorrente como novo, em petição de fls. 556/560, não enseja a modificação do acórdão vergastado que, no momento do julgamento do registro de candidatura, em 31.8.2006, constatou corretamente causa inafastável de inelegibilidade, ante à desaprovação de contas por irregularidade insanável. Assim, não há que se falar em qualquer fato novo superveniente modificativo do *status quo ante*, no que se refere a concessão da liminar que suspendeu os efeitos do parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, haja vista que a mesma só foi conferida em 26.10.2006.

(…)”.

6. Bem vistas as coisas, tenho que o recurso merece prosperar. Digo isso porque este Superior Eleitoral tem afastado a causa de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90 quando há, nos autos, provimento acautelatório que suspenda os efeitos da decisão proferida pela Corte de Contas, mesmo que tal decisão seja juntada após o pedido de registro de candidatura para as *eleições de 2006*. Nesse sentido, confirmam-se, entre outros, o RO nº 965, rel. Min. Gerardo Grossi e o RO nº 1.292, da minha relatoria¹:

“Eleições 2006. Recurso ordinário. Impugnação. Candidato. Deputado estadual. Rejeição de contas. Convênio federal. Tribunal de Contas da União. Competência. Ação anulatória. Ausência de provimento judicial de suspensão dos efeitos da decisão que rejeitou as contas.

1. O Tribunal Superior Eleitoral, revendo o Verbete nº 1 da súmula de sua jurisprudência,

¹Mesmo sentido: RO nº 1.046, rel. Min. Francisco Cesar Asfor Rocha e RO nº 1.339, rel. Min. José Augusto Delgado.

afirmou a necessidade de se obter, na ação desconstitutiva, medida liminar ou a tutela antecipada. Havendo tal entendimento ocorrido no meio do processo eleitoral, deve ser admitida, para as atuais eleições, a notícia da concessão de liminar ou de tutela antecipada, depois do pedido de registro de candidatura.

2. A mera propositura da ação anulatória, sem a obtenção de provimento liminar ou antecipatório, não suspende a cláusula de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90.

3. Ausência de notícia de concessão, mesmo posteriormente, de alguma medida judicial.

4. Recurso ordinário conhecido e provido” (grifei).

“Agravamento regimental. Recurso ordinário. Eleições 2006. Candidato a deputado estadual. Registro indeferido. Contas rejeitadas pelo Legislativo Municipal. Ex-prefeito.

1. Este Superior Eleitoral tem afastado a causa de inelegibilidade da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90 quando há, nos autos, provimento acautelatório que suspenda os efeitos da decisão proferida pela Câmara Municipal, mesmo que tal decisão seja juntada após o pedido de registro de candidatura para as eleições de 2006.

2. Agravamento provido”.

7. De outra banda, penso que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná divergiu da jurisprudência desta Casa de Justiça. Com efeito, a competência para julgamento das contas anuais do chefe do Executivo Municipal é do Poder Legislativo, atuando o Tribunal de Contas, aqui, na condição de órgão qualificadamente opinativo (art. 31 e ss. da Constituição Federal). No caso, não estamos, ao contrário do consignado pela Corte de origem, diante de

contas de convênio, pois não houve repasse de recursos “pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município”², mas de recursos que pertencem à esfera federativa municipal³. Recursos, esses, que possuem como gestor público o chefe do Executivo Municipal. Logo, não há que se falar na causa de inelegibilidade da alínea g⁴ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, por inexistir decisão do órgão competente. A propósito, leia-se, entre outros, o aresto no RO nº 587, rel. Min. Fernando Neves:

“Recurso ordinário. Inelegibilidade. Alínea g do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90. Contas de prefeito. Decisões do Tribunal de Contas do Estado. Órgão auxiliar. Câmara Municipal. Competência. Aprovação das contas anuais. Desaprovação de contas sobre convênio estadual. Inteiro teor. Ausência. Insanabilidade. Verificação. Impossibilidade. Não-caracterização de incidência da alínea g.

Recurso a que se negou provimento.

1. O parecer prévio desfavorável à aprovação das contas de prefeito pelo Tribunal de Contas do Estado não enseja inelegibilidade.

2. A autoridade competente para julgar contas de prefeito é a Câmara Municipal”.

7. Nesse contexto, ressalvo meu ponto de vista contrário, quanto à possibilidade de se juntar provimento acautelatório após o julgamento do pedido de registro, mas acedo ao pensar majoritário da Corte e, frente ao 7º do art. 36 do RITSE, dou provimento ao recurso ordinário para deferir o pedido de registro de Mohamad Ali Hanzé.

Publique-se em sessão.

Brasília/DF, 6 de novembro de 2006.

Publicada na sessão de 7.11.2006.

DECISÕES DOS JUÍZES AUXILIARES

REPRESENTAÇÃO Nº 1.214/DF

RELATOR: MINISTRO ARI PARGENDLER

DECISÃO/DESPACHO: À vista da acidentada tramitação desta representação, caracterizada pela falta de atendimento pelo representante dos despachos judiciais (fls. 19 e 35), julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.

Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2006.

Publicada na secretaria em 10.11.2006 às 14h30.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.329/SP

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

DECISÃO/DESPACHO: Representação ajuizada pelo Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Pindamonhangaba.

Contra o prefeito municipal, o candidato à Presidência da República e o PSDB alegando malferidos dispositivos da Lei nº 9.504/97.

As defesas foram apresentadas.

O Ministério Público Eleitoral acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam*. Para o Dr. Francisco Xavier Pinheiro Filho, de acordo com a jurisprudência da Corte, o partido político integrante de coligação não pode isoladamente ajuizar a representação prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97.

De fato, assim está assentada a jurisprudência da Corte.

Julgou extinta a representação diante da ilegitimidade ativa *ad causam*.

²Inciso VI do art. 71, c.c. art. 75 da Constituição Federal.

³Mais: às fls. 116, o presidente da Câmara Municipal de Cambará/PR noticia que as contas de responsabilidade do ex-prefeito Mohamad Ali Hanzé, alusivamente ao exercício de 2001, ainda não foram apreciadas.

⁴“Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão” (grifei).

Intimem-se

Brasília/DF, 5 de novembro de 2006.

Publicada na secretaria em 10.11.2006 às 14h30.

REPRESENTAÇÃO Nº 1.331/RS

RELATOR: MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

DECISÃO/DESPACHO: Representação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral com apoio no art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97 alegando que houve “colocação de estandarte e/ou placa na via pública, indiscutível a adequação do fato aqui descrito à norma legal antes transcrita” (fl. 4). Pede o Ministério Público a retirada da propaganda irregular e não feita a retirada a aplicação da multa prevista.

O juiz eleitoral determinou a retirada das placas (fls. 9-10).

A defesa do Partido dos Trabalhadores e do último representado está nos autos informando que a propaganda irregular foi retirada (fl. 20).

Por decisão do presidente do Tribunal Regional Eleitoral foi a representação enviada para a Corte e distribuída por prevenção ao Ministro Gerardo Grossi, o qual entendeu estar o tema no âmbito da competência dos juízes auxiliares. Em razão disso, a representação foi-me distribuída.

O Ministério Público Eleitoral opinou pela improcedência da representação considerando que a propaganda foi retirada e não cabe mais a aplicação de multa.

E na linha do parecer do Ministério Público, não há como ir adiante a presente representação, diante da disposição de lei que somente autoriza a multa caso não tenha sido retirada a propaganda.

Julgo improcedente a representação.

Intimem-se.

Brasília/DF, 9 de novembro de 2006.

Publicada na secretaria em 10.11.2006 às 14h30.

DESTAQUE

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.937/BA RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

Recurso especial. Cassação de diploma. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Eleições municipais. Prefeito e vice-prefeito. Quebra de sigilo bancário. Possibilidade. Precedente do STF. Anulação dos votos válidos. Não-inclusão dos votos nulos. Reexame de provas. Negado provimento.

1. Justificada a quebra de sigilo bancário, ordenada pelo juiz monocrático, tem-se que o disposto no art. 22, VI, VII e VIII, da LC nº 64/90 permite ao julgador proceder às diligências que julgar necessárias ao deslinde da causa, buscando salvaguardar a licitude das eleições. Tese que encontra respaldo na jurisprudência do STF, consolidada “no sentido de não possuir caráter absoluto a garantia dos sigilos bancário e fiscal, sendo facultado ao juiz decidir acerca da conveniência da sua quebra em caso de interesse público relevante e suspeita razoável de infração penal” (AgRg no AI-STF nº 541.265/SC, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 4.11.2005).

2. Confirmada pela Corte Regional a captação ilícita de votos, a revisão de tal entendimento demandaria o reexame fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial. Incidência da Súmula-STJ nº 7 (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

3. *Votos nulos não se confundem com votos anuláveis. Estes são reconhecidos a priori como válidos, mas dados a candidato que praticou captação ilícita ou abuso do poder político e econômico durante o processo eleitoral.*

4. A jurisprudência deste Tribunal consagrou como válidos, mas suscetíveis de anulação posterior, decorrente da aplicação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, os votos obtidos por candidato infrator, por refletirem uma vontade orientada à escolha de um mandatário político. Não se somam a estes, para fins de novas eleições, os votos nulos decorrentes de manifestação apolítica do eleitor, no momento do escrutínio, seja ela deliberada ou decorrente de erro. Precedentes: AgRg no MS nº 3.387/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 17.2.2006; REspe nº 19.845/GO, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 19.9.2003; REspe nº 19.759/PR, rel. Min. Carlos Madeira, DJ de 14.2.2003.

5. *Anulados menos de 50% dos votos válidos, impõe-se a posse do candidato segundo colocado, e não a aplicação do comando posto no art. 224 do Código Eleitoral.*

6. *Recurso especial eleitoral parcialmente conhecido e não provido.*

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, vencido o Ministro Cezar Peluso, em conhecer parcialmente do recurso e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos das notas taquigráficas.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 17 de agosto de 2006.

Ministro MARCO AURÉLIO, presidente – Ministro JOSÉ DELGADO, relator.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO: Senhor Presidente, trata-se de recurso especial eleitoral (fls. 912-

947) interposto por Nilvaldo dos Reis Nobre e outro, com fulcro no art. 276, I, *a* e *b*, do Código Eleitoral, contra acórdão prolatado pelo TRE/BA assim ementado (fl. 852):

“Eleitoral. Recurso. Representação. Procedência. Inelegibilidade, cassação de diplomas e multa. Confirmação da cooptação ilícita de sufrágio. Não-provimento.

Preliminar de inadequação da via eleita.

Por ter a Aije processamento amparado legalmente nas disposições constantes no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, não há que se falar em inadequação da via eleita, rejeitando-se assim, a preliminar.

Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.

Supera-se a preliminar visto que o TSE é uníssono ao conclamar a possibilidade jurídica de se cominar a pena de inelegibilidade, ainda que interposta a ação em momento posterior ao ato de diplomação do candidato impugnado.

Mérito.

Constituindo a conduta impugnada verdadeira afronta à vontade soberana do povo e restando cabal a cooptação ilícita de sufrágio, nega-se provimento aos recursos para manter o dispositivo sentencial em todos os seus termos”.

Os embargos declaratórios opostos (fls. 876-887) restaram parcialmente acolhidos (fl. 901).

Cuidam os autos de representação manejada por Ailton Souza Silva e outro, ora recorridos, com intuito de comprovar a utilização de recursos públicos em prol dos representados, atual recorrentes, fato que ensejaria suas cassações.

O juízo monocrático julgou procedente a representação (fls. 539-568) determinando, em síntese, que: a) seja imposta pena de inelegibilidade, pelo prazo de três anos, ao representado não eleito, Elcior Piaggio de Oliveira, em virtude de abuso do poder econômico; b) sejam cassados os diplomas dos representados Nilvaldo dos Reis Nobre e Elcydes Piaggio de Oliveira Júnior, prefeito e vice-prefeito, respectivamente, por terem incorrido nos ditames do art. 41-A da Lei nº 9.504/97; c) sejam realizadas novas eleições em virtude de a soma dos votos dos candidatos cassados com os votos não válidos ter superado 50% da votação apurada.

Nilvaldo dos Reis Nobre interpôs recurso eleitoral (fls. 578-634) pugnando pela reforma do *decisum* vergastado, forte nas seguintes razões: a) inadequação da via eleita, haja vista a ação de investigação judicial eleitoral (Aije) não se prestar para a análise e o julgamento de divulgação de pesquisas eleitorais; b) impossibilidade jurídica do pedido de cassação do diploma, pois não há previsão legal para a aplicação de tal sanção em sede de Aije, após a realização das eleições; c) o recorrido arrolou testemunhas, intempestivamente, sem obedecer limite numérico; d) as condutas imputadas ao recorrente não restaram comprovadas.

Elcydes Piaggio de Oliveira Júnior também apresentou recurso eleitoral (fls. 668-703) requerendo, em suma: a) a

declaração da nulidade da sentença por ter se baseado em prova ilícita oriunda da quebra de sigilo bancário, pois não foi dirigida às partes do processo, não se mostrando imprescindível à instrução; b) o afastamento da prova, tendo em vista que a suposta viagem patrocinada pelo recorrente não foi comprovada pelos depoimentos das testemunhas; c) o reconhecimento de que o transporte de eleitores em dia de eleição somente se torna ilegal se houver dolo específico, ou seja, com a intenção de angariar votos.

Elcior Piaggio, por seu turno, manejou recurso eleitoral (fls. 704-738) sustentando as mesmas razões expendidas por Nilvaldo dos Reis Nobre.

O TRE/BA em acórdão às fls. 852-872 rejeitou as preliminares e negou provimento a todos os recursos por entender que restou comprovada a captação ilícita de sufrágio. Determinou, ainda, a diplomação dos segundos colocados pelo fato de os candidatos que tiveram os diplomas cassados não terem auferido mais de 50% dos votos válidos.

No recurso especial (fls. 912-947) interposto por Nilvaldo dos Reis Nobre e Elcydes Piaggio de Oliveira Junior alega-se que: a) a quebra de sigilo bancário foi determinada por meio de decisão desprovida de fundamentação; b) o caso não se enquadra nas hipóteses do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, em virtude de ausência de dolo específico e da inexistência de condicionante entre o transporte de pessoas e os seus votos; c) a soma dos votos válidos e nulos foi superior a 50%, o que impõe a necessidade de se realizar nova eleição, e não a diplomação dos segundos colocados; d) houve negativa de prestação jurisdicional em razão da rejeição dos embargos sem o devido saneamento das omissões apontadas; e) não cabe ao TRE/BA determinar a diplomação dos segundos colocados, visto que a sentença ordenou a realização de novas eleições.

Alega-se violação aos seguintes dispositivos legais:

– Do Código Eleitoral:

“Art. 222. É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei”.

“Art. 224. Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações, e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

§ 1º Se o Tribunal Regional, na área de sua competência, deixar de cumprir o disposto neste artigo, o procurador regional levará o fato ao conhecimento do procurador-geral, que providenciará junto ao Tribunal Superior para que seja marcada imediatamente nova eleição.

§ 2º Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste capítulo o Ministério Público promoverá, imediatamente, a punição dos culpados”.

“Art. 248. Ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral, nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados”.

“Art. 275. São admissíveis embargos de declaração:

I – quando há no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição;

II – quando for omitido ponto sobre que devia pronunciar-se o Tribunal”.

– Da Constituição Federal:

“Art. 5º, X, XXXV, XXXVI, LIV, LV e LVI”.

“Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: (...);

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”;

– Da Lei nº 9.504/97:

“Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

– Da LC nº 105/2001:

“Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

(...)

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra o sistema financeiro nacional;

VI – contra a administração pública;

VII – contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX – praticado por organização criminosa”.

– Do Código de Processo Civil:

“Arts. 128, 165, 248, 249, § 1º, 293, 458, II, 467, 473, 505, 512, e 515”.

Os recorridos apresentaram contra-razões (fls. 991-1.008) pugnando pelo não-provimento do recurso especial, sustentando, em síntese, que: a) houve ilegitimidade recursal em razão da falta de interesse dos recorrentes na reforma do acórdão impugnado no que se refere à diplomação dos segundos colocados; b) não houve afronta ao art. 535, II, do CPC; c) todas as provas foram produzidas lícitamente; d) restaram caracterizadas a conduta ilícita e a participação dos recorrentes.

Parecer do Ministério Público Eleitoral (fls. 1.013-1.017) opinando pelo não-provimento do apelo especial.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Senhor Presidente, preliminarmente, no tocante à alegada violação aos arts. 128, 248, 249, 293, 467, 473 e 505, todos do CPC e 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, verifico que tais dispositivos não foram objeto de apreciação pela instância *a quo*, faltando-lhes o imprescindível prequestionamento, requisito indispensável ao manejo do apelo especial. Incidência, no caso, da Súmula nº 282 do egrégio Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”.

Não procede a alegada afronta aos arts. 165 e 458 do CPC; 275, I e II, do Código Eleitoral e 93, IX, da Constituição Federal. Vê-se que todas as questões cruciais ao deslinde da causa foram apreciadas pelo Tribunal *a quo* que, às fls. 901-905, acolheu parcialmente os embargos opostos para afastar algumas omissões apontadas pelos embargantes. Havendo fundamentos suficientes ao convencimento do magistrado, não está ele adstrito às alegações trazidas pelas partes, nem obrigado a responder, um a um, todos os seus argumentos.

Pontualmente, os recorrentes se insurgem com os seguintes questionamentos: a) a quebra de sigilo foi decretada sem o devido processo legal; b) não foram preenchidos os requisitos essenciais do tipo inscrito no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, por ausência de dolo específico; c) a soma de votos válidos anulados por força do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 e votos nulos, por manifestação de vontade do eleitor, seria superior a 50%, fato que ensejaria a aplicação do art. 224 do CE, com a conseqüente renovação do pleito; d) a diplomação dos segundos colocados contraria o comando posto na sentença monocrática que determinou a realização de novas eleições.

Compulsando os autos, tenho que a quebra de sigilo bancário era, no momento da instrução processual, medida necessária ao convencimento do juiz sentenciante. Para

melhor elucidação, colho do voto condutor o seguinte trecho, *verbis* (fl. 859):

“No que pertine, ademais, ao indigitado *error in procedendo* consistente na determinação pelo insigne *a quo* de quebra do sigilo bancário do Sr. Lourival Ciríaco Moreira e João Barbosa Santos Filho, a análise cautelosa dos autos permitiu-nos coligir pela licitude de tal diligência, na medida em que imprescindível ao deslinde da controvérsia em exame.

Isso porque, a despeito do caráter fundamental da garantia de sigilo bancário, tal direito não detém o manto da intangibilidade absoluta, porquanto a hermenêutica constitucional, na lição do respeitável professor Alexandre de Moraes impõe a redução do âmbito de abrangência sempre que estiver a norma em confronto com garantias da coletividade, tal como a legitimidade do pleito e a incolumidade do sufrágio universal”.

A ordem jurídica pátria consagra o direito ao sigilo bancário, cuja quebra somente se dará nos casos elencados no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105/2001, é dizer, “quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial”.

A quebra de sigilo ordenada pelo juiz monocrático foi justificada, conforme se vê no despacho de fls. 212-213. O disposto no art. 22, VI, VII e VIII, da Lei Complementar nº 64/90 permite ao julgador proceder às diligências que julgar necessárias ao deslinde da causa, buscando salvaguardar a licitude das eleições, fim último desta Justiça Especializada.

Dessa maneira, a conclusão do TRE/BA encontra respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consolidada “no sentido de não possuir caráter absoluto a garantia dos sigilos bancário e fiscal, sendo facultado ao juiz decidir acerca da conveniência da sua quebra em caso de interesse público relevante e suspeita razoável de infração penal” (AgRg no AI-STF nº 541.265/SC, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 4.11.2005).

Os demais dispositivos tidos por violados relacionam-se com fato de os recorrentes não se conformarem com a solução dada à controvérsia, demonstrando claro intuito de reverter o julgado. No ponto, transcrevo das conclusões do relator, acolhidas à unanimidade pela Corte Regional, *verbis* (fls. 861-862):

“(…) o lastro probante presente nos autos torna inconcussa a configuração de tal modalidade de abuso de poder, legitimando, assim, a cominação das reprimendas legais insculpidas no dispositivo sentencial vergastado.

(…)

Consta da narrativa da exordial que a prática de captação ilícita de sufrágio decorreria do financiamento do transporte de eleitores residentes em São Paulo a Ipecaetá, por parte do então prefeito

de Ipecaetá, Sr. Elcior Piaggio de Oliveira, no dia 1º de outubro do ano eleitoral, a fim de angariar votos em favor da candidatura do Sr. Nivaldo dos Reis Nobre e do seu sobrinho, Sr. Elcydes Piaggio de Oliveira Júnior, aos cargos de prefeito e vice-prefeito.

Deveras, a veracidade de tal narrativa resultou devidamente comprovada nos autos, a teor do que depreende-se da conjugação harmoniosa do lastro material e testemunhal, este em apreciação subsidiária, em coerência, inclusive, com entendimento reiteradamente manifestado por este magistrado (…)

A revisão de tal entendimento demandaria o reexame fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial. Incidência da Súmula nº 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Confirmada pelo regional a captação ilícita de votos, cumpre apreciar a alegação de necessidade de se realizarem em novas eleições majoritárias no Município de Ipecaetá/BA.

Os recorrentes têm como imperativa a soma dos votos anulados pelas instâncias ordinárias (art. 41-A da Lei nº 9.504/97 e art. 222 do Código Eleitoral) aos votos nulos, advindos da manifestação de vontade do eleitor, no momento do escrutínio. Ter-se-ia, assim, mais de 50% de votos nulos, circunstância que ensejaria renovação do pleito, em aplicação do comando posto no art. 224 do Código Eleitoral. Tal conclusão foi explicitada no dispositivo da sentença monocrática (fl. 568), mas restou afastada pelo Tribunal *a quo* (fls. 871-872), que concluiu pela diplomação do candidato segundo colocado.

Nas eleições majoritárias, comprovada a captação ilícita de sufrágio, aplicam-se as sanções previstas no art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Anulam-se, portanto, os votos obtidos pelo candidato que fez uso do expediente irregular e, se o cômputo desses votos atingir mais da metade dos votos válidos, aplica-se o comando do *caput* do art. 224 do Código Eleitoral, onde se lê, *verbis*:

“Art. 224. Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações, e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias”.

O professor Walter Costa Porto, antigo integrante desta Corte Eleitoral, em seu *Dicionário do Voto*¹, conceitua voto nulo como:

“O que forma, com o voto em branco (...), o conjunto de votos infecundos ou estéreis (...), isto é, os ‘que não produzem frutos’, que não trazem qualquer influência na questão que se deseja resolver através dos pleitos”.

¹PORTO, Walter Ramos. *Dicionário do voto*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Percebe-se de pronto que os votos nulos não se confundem com os anuláveis, a priori tidos como válidos, mas dados a candidato que se vale de captação ilícita ou abuso do poder político e econômico durante o processo eleitoral.

Nesse sentido, a jurisprudência do TSE consagrou como votos válidos, ou férteis, na acepção da doutrina transcrita, mas suscetíveis à anulação posterior, em decorrência da aplicação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, aqueles obtidos por candidato e computados na eleição. A toda evidência, tais votos refletem vontade política orientada à escolha de um mandatário de cargo eletivo. Não se incluem, *in casu*, o universo de votos nulos decorrentes de manifestação apolítica do eleitor, seja ela deliberada ou decorrente de erro.

Colho, para subsidiar minhas razões, por todos, os seguintes precedentes: AgRgMS nº 3.387, rel. Min. Gomes de Barros, *DJ* de 17.2.2006; REspe nº 19.845, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* de 19.9.2003; REspe nº 19.759, rel. Min. Carlos Madeira, *DJ* de 14.2.2003.

Por fim, a alegada violação aos arts. 512 e 515 do Código de Processo Civil também não se confirma. Os recursos interpostos devolveram ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia a integralidade da matéria que, à semelhança do recurso de apelação, foi apreciada de forma mais consentânea à legislação eleitoral, *in casu*, o art. 224 do Código Eleitoral. Fixei, no Superior Tribunal de Justiça, a tese de que “a forma utilizada pelo julgador para apreciar as questões a ele submetidas não é critério adequado para se concluir se houve nulidade do acórdão. É o desbordamento da matéria devolvida a julgamento que determina a ocorrência de julgamento *extra petita*, *citra petita* ou *ultra petita*, e não a forma como aquela foi abordada pelo julgado” (REspe-STJ nº 796.296/MA, *DJ* de 29.5.2006, p. 195).

O que se repele, na verdade, é a *reformatio in pejus* que, dado o caráter excepcional da matéria eleitoral, não se verifica, na espécie. O julgador monocrático, quando tratou de novas eleições, valeu-se do somatório de votos anulados (art. 41-A da Lei nº 9.504/97) e votos nulos, computados no momento de escrutínio, tese afastada pelo TRE da Bahia.

Correta, portanto, a solução dada à lide pela Corte Regional, quando definiu a posse dos segundos colocados nas eleições municipais e, não, a realização de novo pleito, uma vez que não foram contaminados mais de 50% dos votos válidos.

Com esses esclarecimentos, conheço em parte do recurso especial e, nessa, nego-lhe provimento.

É como voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO GERARDO GROSSI:
Senhor Presidente, voto de acordo com o relator.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO:
Senhor Presidente, voto com o relator.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Tenho voto na matéria, ante o envolvimento de tema constitucional. Solicito ao relator que me informe se as causas de pedir veiculadas nos embargos declaratórios compuseram o processo ou se houve inovação no momento da interposição desse recurso.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Não. Os embargos declaratórios integraram o acórdão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Foram protocolados, desprovidos, e a Corte não emitiu entendimento, mas implicaram inovação, tendo em conta a matéria de defesa anteriormente versada?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): No recurso especial, alegaram ausência de entrega total da prestação jurisdicional.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Tenho dificuldade em, a um só tempo, proclamar a falta de prequestionamento, não conhecendo do especial, e assentar que, no caso, mesmo protocolados os embargos declaratórios, a Corte de origem não estava compelida a pronunciar-se a respeito de certo tema. Se houve a interposição de declaratórios, a Corte foi instada a emitir entendimento sobre a matéria e não o fez, a meu ver, transgrediu o devido processo legal.

Indago se o que versado nos declaratórios já estaria sendo questionado no processo, porque o ilustre advogado dos recorridos apontou que não, que se teria mudado, numa estratégia, o rumo da defesa.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Quando menciono, no início, que o recorrente aponta ter havido falta de entrega na prestação jurisdicional, anoto que, quanto aos três temas que se alega não terem sido discutidos no acórdão, houve resposta, embora considerada não satisfatória.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Só se aponta no tocante a três temas, e houve a emissão de entendimento pela Corte de origem. É assim?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): O recorrente aponta ausência de entrega de prestação jurisdicional decorrente da circunstância de não terem sido apreciadas pela Corte de origem as questões destacadas em embargos de declaração, notadamente a quebra de sigilo bancário, sem observar o devido processo legal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): A falta de prequestionamento não seria óbice ao exame desses temas, ao conhecimento do recurso?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Quanto a essa parte, conheço e nego provimento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Tenho sustentado que o julgamento, e não a simples decisão, pressupõe o enfrentamento de todas as causas de defesa veiculadas, ainda que para se dizer que não subsistem, que não são harmônicas com a ordem jurídica.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Mas somente três foram situadas.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Nas três evocadas, houve emissão de entendimento?

O DOUTOR HENRIQUE NEVES DA SILVA (advogado): Em relação à quebra de sigilo bancário, o recurso ordinário, antes do julgamento do Tribunal Regional, ou seja, da sentença de primeira instância, destaca à fl. 672: “Preliminar de nulidade da sentença baseada em prova ilícita”.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Mas o relator aponta que houve o enfrentamento da matéria pela Corte de origem.

O DOUTOR HENRIQUE NEVES DA SILVA (advogado): O TRE entendeu ser devido ao sigilo bancário, mas o que se argúi desde a primeira instância é que o juiz não entendeu assim. Ao deferir a quebra do sigilo, o juiz aludiu, apenas genericamente, “para elucidar os fatos” e não trouxe os fundamentos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Esse tema – sobre a ausência de fundamentação do ato que implicou a quebra – foi enfrentado pelo regional?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): O regional se pronunciou a respeito (fl. 859):

“No que pertine, ademais, ao indigitado *error in procedendo* consistente na determinação pelo insigne *a quo* de quebra do sigilo bancário do Sr. Lourival Ciríaco Moreira e João Barbosa dos Santos Filho, a análise cautelosa dos autos permitiu-nos coligir pela licitude de tal diligência, na medida em que imprescindível ao deslinde da controvérsia em exame.

Isso porque, a despeito do caráter fundamental da garantia de sigilo bancário, tal direito não detém o manto da intangibilidade absoluta, porquanto a hermenêutica constitucional, na lição do respeitável professor Alexandre de Moraes impõe a redução (...).”

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Mas remeteu à fundamentação do ato do juiz?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Não.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Ocorreu-me um detalhe. Ao que parece, o eminente relator fez referências seguidas de que haveria várias outras provas que determinariam a convicção do magistrado.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: Abstraindo essa prova, a decisão se manteria pelas demais?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): A quebra do sigilo bancário se deu para comprovar que os R\$14 mil foram para a conta desse terceiro, e foi uma prova apenas complementar. O que ficou comprovado foi que houve o contrato escrito de locação de ônibus.

A prova do sigilo bancário não foi a única, fundamental, para impor a aplicação do art. 41-A.

O DOUTOR HENRIQUE NEVES DA SILVA (advogado): Senhor Presidente, um esclarecimento de matéria de fato.

A questão girou, em primeira instância, no sentido de saber quem tinha pagado o ônibus. E foi definida por meio da obtenção dessa prova na conta de terceiros.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Saber o autor do desembolso é dado irrelevante para o alcance do art. 41-A da Lei nº 9.504/97.

O DOUTOR HENRIQUE NEVES DA SILVA (advogado): Mas é pelo desembolso que se pretende provar que houve a participação indireta do candidato.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Até porque, chamou-me a atenção o fato de que o acórdão registra, entre outras questões, que os passageiros foram orientados a dizer, caso fossem abordados, que eles mesmos teriam pagado a viagem e que seria uma excursão à cidade de Ipacaetá. Não conheço Ipacaetá, mas não sei se é cidade para onde se fazem excursões, considero pouco provável.

O fato de constarem do acórdão esses fatos torna a questão do sigilo bancário menor.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Acompanho o relator, desprovendo o especial.

VOTO (VENCIDO)

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: Senhor Presidente, gostaria de destacar a questão da coisa julgada. O que se alega é que teria transitado em julgado o dispositivo quanto à convocação de novas eleições, e isso não teria sido objeto do recurso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Não haveria interesse em recorrer. O recorrente teria dado causa à nulidade do pleito anterior.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): A ausência de interesse e também se a matéria é de ordem pública, que o Tribunal poderia reconhecer de ofício.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: A coisa julgada não é algo que interesse a alguém, mas a todos, diz respeito a garantia de ordem pública.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Digo quanto a adentrar a via recursal, porque se ele pretende, realmente, a prevalência da cláusula que cogitou de novo sufrágio, tem-se de assentar o interesse na participação nesse novo sufrágio. É interessante o tema.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Haveria falta de interesse para o especial.

O DOUTOR TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado): Os recursos especiais são só dos candidatos no ato da coligação entre os partidos que apoiaram as candidaturas.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): Estamos tendo essa matéria presente.

O DOUTOR HENRIQUE NEVES DA SILVA (advogado): Presidente, esclareço que o candidato não tem interesse em participar de nova eleição. Se efetivamente ele for cassado, a nova eleição será feita.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: Senhor Presidente, fico vencido. Reconheço ter havido violação à Constituição e à garantia da coisa julgada, independentemente do ponto de vista prático, até porque essa matéria era discutida naquela época, quando se indagava se havia, ou não, interesse de concorrer, diante da jurisprudência da Corte que admitia que quem desse causa à anulação do pleito concorresse.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Senhor Presidente, como V. Exa. bem sabe, não temos

nenhum compromisso com a tese anterior e nunca votamos nesse sentido. Tenho assentado dois fundamentos: primeiramente, a ausência de interesse total.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: O interesse dele não se limita à possibilidade de recorrer, mas à representatividade. Interessa a ele quem está no cargo atualmente.

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): Ele perdeu no momento em que se reconheceu a sua cassação.

Entendo ainda que a questão da determinação de novas eleições fica a critério do Tribunal analisar de ofício, tanto é que muitas vezes aqui decidimos e não apreciamos esta questão, e o Tribunal é quem a aprecia.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO: Imagine que ele não tivesse recorrido. O Tribunal poderia avocar os autos para consertar o suposto erro da sentença?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (presidente): O Tribunal Regional Eleitoral dispôs a respeito, afastando um novo escrutínio em cima do recurso do ora recorrente?

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO (relator): O Tribunal, ao decidir, determinou a posse do segundo colocado.

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI: Senhor Presidente, acompanho, *data venia*, o eminente relator, por considerar que os recorridos não têm interesse jurídico nas novas eleições. E no mais, também, a prova está robusta nos autos e autoriza esse desfecho.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA: Senhor Presidente, *data venia*, acompanho o ministro relator.

DJ de 1º.11.2006.

O *Informativo TSE* já está disponível na Internet.
Visite a página do TSE: www.tse.gov.br

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência,
contém resumos não oficiais de decisões do TSE
ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.